

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.

CNPJ nº 45.283.173/0001-00

Relatório da Administração

Senhores acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa relativas aos exercícios findos em 30 de Junho de 2023 e 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Aproveitamos para informá-los que não houve aquisição de debêntures. Os lucros líquidos verificados, após efetuadas as deduções e provisões legais, terão a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) serão destinados ao Fundo de Reserva Legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que o referido Fundo atingir o valor correspondente a, no mínimo, 20% do capital social; b) 5% (cinco por cento) no mínimo para dividendos aos acionistas; e c) o saldo remanescente terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral, atendidas as normas legais e estatutárias aplicáveis. A Companhia por deliberação ad referendum da Assembleia Geral, poderá fixar e mandar pagar dividendo semestral, trimestral ou mensal, os dois últimos por conta de Lucros Acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O pagamento de dividendos aprovados pela Assembleia Geral será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da respectiva Ata, sendo certo que a distribuição das ações, provenientes de aumento de capital, será efetuada no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do registro na Junta Comercial competente. A Assembleia Geral de Acionistas poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação aplicável, em substituição total ou parcial, ou em adição aos dividendos.

São Paulo, 23 de Agosto de 2023. A Administração

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa			Passivo	Nota explicativa		
	06.2023	12.2022			06.2023	12.2022	
Disponibilidades	4	23	277	Demais instrumentos financeiros passivos	86	86	
Instrumentos financeiros	112.630	112.487		Outros instrumentos financeiros passivos	9	86	86
Títulos e valores mobiliários	5	112.630	112.487	Contas a pagar	8a	70	203
Outros ativos	5.113	9.517		Fiscais e previdenciárias	8b	319	3.901
Diversos	6	5.113	9.517	Provisões trabalhistas	8c	1.623	2.037
Imobilizado de uso	404	426		Imposto de renda e contribuição social diferido	12b	693	618
Imobilizado	7	874	1.035	Patrimônio líquido	10	115.379	115.861
Depreciação	(470)	(610)		Capital Social		56.229	56.229
				Reservas		58.335	58.905
				Outros resultados abrangentes		815	727
Total do ativo	118.171	122.706		Total do passivo	118.171	122.706	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	56.229	4.023	53.252	565	-	114.069
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos	-	-	-	44	-	44
Prejuízo do período	-	-	-	-	(1.615)	(1.615)
Destinações:						
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(1.615)	-	1.615	-
Saldos em 30 de junho de 2022	56.229	4.023	51.637	609	-	112.498
Saldos em 31 de dezembro de 2022	56.229	4.109	54.796	727	-	115.861
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos	-	-	-	88	-	88
Prejuízo do período	-	-	-	-	(570)	(570)
Destinações:						
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(570)	-	570	-
Saldos em 30 de junho de 2023	10	56.229	4.109	54.226	815	- 115.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: O BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA, tem por objetivo principal a prática de operações de investimento, a administração da carteira de valores mobiliários e fundos de investimento. O Banco, situado à Rua Campos Bicudo, 98 C.J. 162, Jardim Europa, São Paulo - SP, mantem, basicamente, aplicações em fundos de investimentos e ações em companhias abertas (nota explicativa nº 5) para gerenciamento do seu caixa.

2 Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras: **a. Práticas contábeis:** As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras, foi dada pela Administração em 23 de Agosto de 2023. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **• CPC 00 (R1)** - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro, homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012; **• CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; **• CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras. CMN nº 4.524/2016; **• CPC 03 (R2)** - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; **• CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível. CMN nº 4.534/2016; **• CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; **• CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; **• CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; **• CPC 24** - Evento subsequente - homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11; **• CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; **• CPC 27** - Ativo Imobilizado CMN nº 4.535/2016; **• CPC 33 (R1)** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; **• CPC 41** - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019; **• CPC 46** - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019. Atualmente, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos.

3 Principais práticas contábeis: **a. Apuração de resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores à 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, conforme circular BACEN nº 3.068/11, da seguinte forma: **• Títulos para negociação** - adquiridos com o propósito de serem ative e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **• Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e **• Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos. Os rendimentos correspondentes são apropriados nas contas de resultado. As aplicações em ações estão classificadas como na categoria de títulos disponíveis para venda e registradas ao custo de aquisição e atualizadas conforme cotações divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **• Mensuração do valor de mercado:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor de mercado para ativos e passivos financeiros. O Banco estabeleceu controle relacionado à mensuração de valor de mercado sobre a valorização e desvalorização das cotas dos fundos de investimentos e das ações compostas nos títulos e valores mobiliários de seus instrumentos financeiros ativos. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. Ao mensurar o valor de mercado de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, de acordo com a resolução 4.748/2019 do BACEN. Os valores de mercado são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1,

que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor de mercado no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável. **d. Ativos circulante e realizável a longo prazo e passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realizações e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço. **e. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, da seguinte forma: **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **• Passivos contingentes:** É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis das ações. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação; Os avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, e os avaliados com risco de perda remota não requerem provisão nem divulgação. **• Obrigações legais:** referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais eram mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento as normas do BACEN. **f. Imposto de renda e contribuição social:** Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo. **Alíquota - (%):** Imposto de renda - 15,00; Adicional de imposto de renda - 10,00; Contribuição social - 20,00; PIS - 0,65; COFINS - 4,00. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Em março de 2021 foi instituída a Medida Provisória nº 1.034 que estabelece em seu Inciso III do artigo 1º nova majoração da alíquota de contribuição social para 25%, com vigência a partir de julho de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 houve alteração no Inciso III do artigo 1º da Lei nº 7.689 de dezembro de 1998 alterando a alíquota da CSLL de 25% para 20%. Em abril de 2022 foi instituída a Medida Provisória nº 1.115 que estabelece em seu parágrafo único do artigo 1º nova majoração da alíquota de contribuição social para 21%, com vigência entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, assim a partir de 01 de janeiro de 2023, retorna a alíquota de contribuição social para 20%. **g. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido e provisão para contingência, no entanto, para este último, não há a necessidade de sua constituição por não haver processos sujeitos a perdas prováveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo semestralmente. **h. Resultado recorrente / não recorrente:** As políticas internas do BBVA Brasil Banco de Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações de investimento, administração de carteira de valores mobiliários, fundos de investimento, participação ou financiamento a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo líquido do Banco no 1º semestre de 2023, no montante de R\$ 570 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **4 Componentes de caixa e equivalente caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

Caixa e equivalentes de caixa	06.2023	12.2022
Moeda Nacional	23	277
Total	23	277

5 Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários classificada na categoria de títulos para negociação

Demonstrações de resultados - Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	06.2023	06.2022
Receitas da intermediação financeira	6.291	6.254	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	6.291	6.254
Resultado bruto da intermediação financeira	6.291	6.254	
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.963)	(7.869)	
Despesas de pessoal	13a	(5.135)	(5.649)
Despesas administrativas	13b	(1.460)	(1.312)
Despesas tributárias	13c	(319)	(341)
Outras receitas operacionais	13d	61	111
Outras despesas operacionais	13e	(110)	(678)
Resultado operacional	(672)	(1.615)	
Resultado não operacional	103	-	
Resultado antes da tributação sobre o Prejuízo e participações	(569)	(1.615)	
Imposto de renda e contribuição social	(1)	-	
Provisão para imposto de renda	12a	(1)	-
Provisão para contribuição social	12a	-	-
Prejuízo líquido do exercício/semestre	(570)	(1.615)	
Prejuízo líquido por lote de mil ações - R\$	(10)	(29)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes - Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	06.2023	06.2022
Prejuízo líquido do exercício/semestre	(570)	(1.615)
Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado		
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	163	(22)
Impostos diferidos sobre valor justo	(75)	66
Total dos itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado	88	44
Total dos resultados abrangentes do semestre líquido dos impostos	(482)	(1.571)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(cotas de fundos) e disponíveis para venda (ações) está assim representada:

	06.2023	12.2022
5a. Diversificação por tipo		
Carteira própria		
Cotas de Fundos	111.073	111.093
Título de valores mobiliários	1.557	1.393
Total	112.630	112.486
Fundo de investimento Itau HIGH GRADE RF CRED PRIVADO	30.311	60.242
Fundo de investimento Itau CORP PLUS RENDA FIXA	11.471	16.258
Fundo de investimento Itau CORPORATE RF	22.038	12.473
Fundo de investimento Bradesco CFRDF	3.532	3.319
Fundo de investimento Itau GOLD RF	11.100	10.632
Fundo de investimento Itau FIX 5	17.525	8.169
Fundo de investimento Bradesco CDBs	15.095	-
Ações de companhia aberta - Título B3 ON NM	1.557	1.393

5b. Diversificação por prazo

	06.2023	12.2022
Circulante (i)	111.073	111.093
Não Circulante (ii)	1.557	1.393

(i) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos, portanto, classificadas como Nível 2.

7 Imobilizado e Depreciações

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos informática e Comunicação	Benfeitorias	Total
Custo							
Saldos em 31/12/2022	37	33	86	551	298	30	1.035
Adições	-	-	-	14	33	-	47
Baixas	-	-	-	(208)	-	-	(208)
Saldos em 30/06/2023	37	33	86	357	331	30	874
Depreciação acumulada							
Saldos em 31/12/2022	(37)	(29)	(84)	(202)	(228)	(30)	(610)
Adições	-	(1)	-	(38)	(12)	-	(51)
Baixas	-	-	-	191	-	-	191
Saldos em 30/06/2023	(37)	(30)	(84)	(49)	(240)	(30)	(470)
Saldos em 31/12/2022	-	4	2	349	70	0	425
Saldos em 30/06/2023	-	3	2	307	91	0	404

7a. Baixas de Imobilizado: Durante primeiro semestre de 2023, houve uma venda de bem imobilizado (veículo) conforme contrato acordado, referindo-se o valor de baixa em R\$ 206, e consequentemente sua depreciação acumulada em R\$ 191.

	06.2023	12.2022
8 Outros Passivos: 8a. Contas a Pagar		
Fornecedores	70	203
Total	70	203

	06.2023	12.2022
Circulante	70	203
Não Circulante	-	-
8b. Fiscais e previdenciárias	06.2023	12.2022
Provisão para imposto de renda	1	1.911
Provisão para contribuição social	-	1.327
Outros Impostos e contribuições pagar	318	663
Total	319	3.901

	06.2023	12.2022
Circulante	319	3.901
Não Circulante	-	-
8c. Provisões para encargos trabalhistas	06.2023	12.2022
Provisão de Férias	523	384
Provisão INSS sobre Férias	134	99
Provisão FGTS sobre Férias	42	31
Provisão 13º Salário	279	-
Provisão INSS sobre 13º Salário	72	-
Provisão FGTS sobre 13º Salário	5	-
Provisão de bônus a pagar	568	1.523
Total	1.623	2.037

	06.2023	12.2022
Circulante	1.623	2.037
Não Circulante	-	-

9 Outros instrumentos financeiros passivos

	06.2023	12.2022
Dividendos a Pagar	86	86
Total	86	86

	06.2023	12.2022
Circulante	86	86
Não Circulante	-	-
Refer-se a dividendos mínimos provisionados aos acionistas no valor de R\$ 86 em dezembro de 2022, referente ao lucro correspondente ao período de 2022.		

	06.2023	12.2022
10 Patrimônio líquido		
Capital social	56.229	56.229
Reservas de lucros	54.226	54.796
Reserva legal	4.109	4.109
Ajuste de avaliação patrimonial	815	727
TOTAL	115.379	115.861

a. Capital social: O capital social em 30 de junho de 2023, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 56.229.134 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 por

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estavam dispostos da seguinte forma:

	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ
Título de valores mobiliários - ações em companhias abertas	1.557	1.557	389
Custo histórico dos títulos de valores mobiliários	-48	-48	-12
TOTAL			377

Os impostos diferidos são compostos por ações em companhias abertas e reconhecidos no patrimônio líquido sem estimativa de realização, podendo ser alienadas a qualquer tempo, portanto, não havendo previsão de realização dos créditos tributários.

13 Demonstração do Resultado		
13a. Despesas com pessoal	06.2023	06.2022
Benefícios	540	380
Encargos sociais	1.188	968
Proventos	3.374	4.261
Treinamento	33	40
Total	5.135	5.649

(Continuação)		
13c. Despesas Tributárias	06.2023	06.2022
Cofins	255	255
Pis	41	41
IPTU	17	16
Outros impostos e taxas	5	3
IOF / IOC - despesas tributárias	1	26
Total	319	342
13d. Outras receitas operacionais	06.2023	06.2022
Variação Selic	61	88
Outras	-	9
Dividendos	-	14
Total	61	111
13e. Outras despesas operacionais	06.2023	06.2022
Variação cambial	107	-
Variação cambial passiva	-	678
Outras despesas indedutíveis	3	-
Total	110	678

14 Transações com partes relacionadas: Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados abaixo:

14a.Outras contas a receber	06.2023	12.2022
Banco Bilbao Vizcaya	-	4.457
Total	-	4.457

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui valores a receber conforme nota 6, referente ao contrato de SLA, com sua matriz Banco Bilbao Vizcaya S.A. de R\$ 4.457. **14b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da Administração são os diretores executivos. A remuneração paga aos Administradores no período findo em 30

de junho de 2023, foi no montante de R\$ 1.951 (R\$ 1.526 no semestre findo em 30 de junho de 2022), registrada na rubrica despesas com pessoal. **15 Outras informações:** a. No período e exercício findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos. b. Os ativos foram revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida no período. c. No período/exercício findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não existiam aplicações em títulos classificados como mantidos até o vencimento. d. A administração do BBVA avaliou potenciais efeitos nas operações locais e internacionais (controlador) decorrentes da pandemia COVID-19 e concluiu que não existem impactos significativos, bem como alterações relevantes nas estimativas utilizadas na apresentação das demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2023. **16 Acordo de basileia (limite operacional):** Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites do Banco são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 30 de junho de 2023 foi de 68,81% (77,96% em dezembro de 2022). **17 Gerenciamento de riscos:** Em que pese à condição atual pré-operacional, o Banco adota uma estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos Riscos e em conformidade com as Resoluções em vigor: **17a. Gerenciamento da estrutura de capital:** A Companhia mantém estrutura de gerenciamento de capital integrada à estrutura de gerenciamento de riscos, que permite o monitoramento e o controle do seu capital, com o objetivo de avaliar a sua adequação em relação aos riscos inerentes às atividades da instituição, seguindo os requerimentos da Resolução CMN nº 4.606 de 19 de outubro de 2017. A companhia está enquadrada no segmento S4 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRSA), mantendo patrimônio líquido mínimo dentro dos limites da regulamentação do Banco Central do Brasil. **17b. Risco operacional:** O risco operacional é a possibilidade

de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta administração. **17c. Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação as operações. A Companhia atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17. **17d. Risco de liquidez:** Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela área de Gestão de Riscos, por meio do monitoramento diário do limite de caixa disponível. Na gestão de seu risco de liquidez a Companhia busca manter disponibilidades suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse. **17e. Risco de crédito:** A diretoria executiva mantém uma adequada estrutura de funcionamento para o atual nível de operação da instituição estando em conformidade com as políticas e normas estabelecidas pelas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) no tocante e observação e das boas práticas de

ções financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

A Diretoria **Ouvridoria:** Tel.: 0800-772-3500
Locatelli Consulting Solutions Ltda. CRC/SP 2SP 026.948/O-9

mercado que envolva possíveis riscos mercado, operacionais, gerenciamento de risco de crédito, ainda que não tenhamos uma carteira ativa de clientes, bem como a gestão de risco de liquidez pautado em política interna de gerenciamento, monitoramento de melhor utilização de recursos existentes para suportar despesas operacionais visando uma adequação de possíveis riscos de crédito, em que se determinam as responsabilidades, estratégias para a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **18 Nota de Eventos subsequentes:** A Lei nº 14.446 de 02 de setembro de 2022, altera a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988 que institui a Contribuição Social sobre o Lucro das pessoas jurídicas. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção, buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o BBVA Brasil Banco de Investimento S.A, junto ao mercado e ao Banco Central, iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados, porém até 30 de junho de 2023 não foi realizado alterações efetivas. Sobre a referida decisão do STF sobre o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, não prevemos impactos financeiros relevantes para o BBVA Brasil Banco de Investimento S.A, com relação à CSLL, seja em sua posição de caixa ou nos resultados dos exercícios, já que todos os recolhimentos de CSLL foram feitos integralmente a partir de 2007.

Rodrigo Martins
Contador Responsável - CRC 1SP 278.846/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e Acionistas do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("BBVA") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstra-

ções financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de agosto de 2023.
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC-1SP241659/O



Fortaleza
PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 411/2023.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE - SEUMA

OBJETO: CONSTITUIR OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBORIZAÇÃO URBANA, VOLTADO PARA AS ATIVIDADES DO PLANO DE ARBORIZAÇÃO DE FORTALEZA, ABRANGENDO INTERVENÇÕES EM CALÇADAS E TRATOS CULTURAIS DE MANUTENÇÃO VEGETAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTA EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 28 de agosto de 2023 a 12 de setembro de 2023 até às 10h00min. (**Horário de Brasília**), estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 12 de setembro de 2023, às 10h00min. (**Horário de Brasília**) e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 12 de setembro de 2023. O **edita**l na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: <https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp>, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR**.

Fortaleza – CE, 25 de agosto de 2023.

OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO

Pregoeiro(a) da CLFOR

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificad
Receíveis do Agronegócio da Série Única da 82ª Emissão de Certificad
os Receíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificad

os Receíveis do Agronegócio da série única da 82ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("**Termo de Securitização**"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("**Resolução CVM 60**"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("**AGTCRA**"), a realizar-se no dia 18 de setembro de 2023, às 11:00 horas, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica **Zoom**, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2023, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA clientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **Informações Gerais aos Titulares de CRA:** (i) A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% mais 1 dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% mais 1 dos CRA em Circulação. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecogro.agr.br, agente@ecogro.agr.br e rdg@vortex.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 25 de agosto de 2023

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.



PARANÁ
SECRETARIA DA SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-SESA

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/SESA, COMUNICA A TODOS INTERESSA-DOS, A PUBLICAÇÃO DO EDITAL PE 142/2023, O QUAL PODERÁ SER ACESSADO NOS SITES: <https://www.gov.br/identificador> Nº 142/2023, E <http://www.administracao.pr.gov.br/compras> IDEN-TIFICADOR Nº 142/2023, UASG 456793, E OS AUTOS DO PRO-CESSO NA CPL, AV. PREFEITO LOTHÁRIO MEISSNER, Nº 350, CURITIBA – PARANÁ, TELEFONE (41) 3360-6742. PROTOCOLO Nº 20.192.595-9. REGISTRO DE PREÇOS, POR PERÍODO DE UM ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. VALOR MÁXIMO TOTAL R\$ 5.583.572,56. ABERTURA DIA 13/09/2023. ÀS 09H00. ATO DE AUTORIZAÇÃO EXMO. SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DR. CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO (BETO PRETO), EM 24/08/2023, CONFORME DESPACHO Nº 4239/2023.

KARIN STOPINSKI
PREGOEIRA
CURITIBA, 28 DE AGOSTO DE 2023.



CIDADE DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURAS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 6012/2023/0013522-0 - Concorrência Pública nº 013/SMSUB/COGEL/2023 - Objeto: Proposta de concorrência pública com vistas à contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo e execução de obra de drenagem do Córrego Pintadinho - regime de execução por EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS do tipo MENOR PREÇO e critério de julgamento MENOR VALOR GLOBAL. Entrega dos Envelopes: 30/09/2023 - Horário: 12h00 às 12h30 - Data e Hora da Abertura dos Envelopes: 30/09/2023 às 13h - Local: Rua Libero Badaró, 504 - 23º andar - Sala 231-B - Edifício Martinelli - Centro - São Paulo/SP - Download do edital: <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/> e através do link do drive: https://drive.google.com/drive/folders/17At-bg_gDgwTU3lTuUNJWhUREZ4Cm4S8?usp=drive_link - Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser solicitados EXCLUSIVAMENTE através do endereço de correio eletrônico: cogelsmsp@smsub.prefeitura.sp.gov.br.



Sinjuspar

Sindicato dos Agentes Públicos Federais do Poder Judiciário da União e dos Órgãos que Congregam as Funções Essenciais à Justiça Federal Comum e Especializada no Estado do Paraná

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS DE FUNDAÇÃO DA ENTIDADE; DE APROVAÇÃO DO SEU ESTATUTO; DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO, DE APURAÇÃO DOS VOTOS E DE POSSE DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL PARA O TRIÊNIO 2022-2025; E, DE FILIAÇÃO DA ENTIDADE À FENAJUFE; A REALIZAR-SE NO DIA 30/09/2023

O Sindicato dos Agentes Públicos Federais do Poder Judiciário da União e dos Órgãos que Congregam as Funções Essenciais à Justiça Federal Comum e Especializada no Estado do Paraná - SINJUSPAR, CNPJ 23.447.908/0001-43, por seu Coordenador Geral, Jonas Tomas Ruppert, casado, servidor público federal, Cl/RG 4.585.385-3/PR, CPF/MF 760.234.519-34, matrícula 11602 e PASEP 123.48213.58-5, residente e domiciliado na Travessa Leo Cesar Manso da Silva nº 75, Estradinha, em Paranaguá/PR, CEP 80220-061, no uso de suas atribuições legais e estatutárias; por meio deste EDITAL, **CONVOCA** toda a categoria dos Servidores Públicos Federais do Poder Judiciário da União e dos Órgãos que Congregam as Funções Essenciais à Justiça Federal Comum, Especializada e da Eleitoral, com base territorial no Estado do Paraná, para **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS DE FUNDAÇÃO DA ENTIDADE; DE APROVAÇÃO DO SEU ESTATUTO; DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO, DE APURAÇÃO DOS VOTOS E DE POSSE DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL PARA O TRIÊNIO 2022-2025; E, DE FILIAÇÃO DA ENTIDADE À FENAJUFE**, a ser realizada no dia 30 de setembro de 2023 (sábado), às 15h00min em primeira convocação, com metade dos servidores da categoria mais um, e às 15h30min em segunda convocação, com qualquer número de participantes, na sede do SINJUSPAR, na Rua 24 de Maio nº 3092, Parolin, em Curitiba/PR, CEP 80220-061, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1) Ratificação do ato de fundação do Sindicato dos Agentes Públicos Federais do Poder Judiciário da União e dos Órgãos que Congregam as Funções Essenciais à Justiça Federal Comum e Especializada no Estado do Paraná - SINJUSPAR; 2) Aprovação do estatuto da entidade; 3) Ratificação dos atos de homologação do resultado da eleição, de apuração dos votos e de posse da Coordenação Executiva e do Conselho Fiscal para o Triênio 2022-2025; 4) Aprovação do ato de filiação do SINJUSPAR à Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE.**

Curitiba, 22 de agosto de 2023.


Jonas Tomas Ruppert
Coordenador Geral do SINJUSPAR



e|investidor
ESTADÃO



INVESTIDOR ESG

e-book gratuito

Os ensinamentos dos CEOs da Bolsa sobre ESG

ACESSE JÁ PELO QR CODE!

